

Devastação ambiental e caos jurídico à vista



» **RÁRISSON SAMPAIO**
Assessor político do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e advogado da Comissão de Direito Ambiental da OAB/CE

CÁSSIA LOPES
Advogada e assessora política do Inesc

No ano em que o Brasil sediará a COP30, principal evento internacional sobre mudanças climáticas e meio ambiente, o Congresso Nacional aprovou um projeto de lei que desfigura a avaliação de impactos ambientais da atividade econômica no país. O PL 2.159/2021, votado soturnamente durante a madrugada de 17 de julho, institui um marco geral para o licenciamento ambiental no Brasil, com procedimentos a serem observados pela União, pelos estados e municípios. O texto aprovado, contudo, promove uma verdadeira licença para a devastação.

É no licenciamento que o poder público, por meio de suas instituições ambientais, avalia o potencial poluidor de projetos e empreendimentos. O ato de licenciar é o momento crucial para atestar que a exploração de recursos naturais e instalação de projetos não acarretará prejuízos severos e irreversíveis à população e seus territórios, com danos à natureza, à saúde pública e à vida de modo geral.

Quando o licenciamento ambiental é fragilizado, o resultado são tragédias como o rompimento de barragens da Vale em Mariana (MG) e Brumadinho (MG), ou mesmo o afundamento de

baixos inteiros pelas atividades da Braskem em Maceió (AL). Falhas no licenciamento também podem acarretar outros danos socioambientais, como o agravamento de conflitos fundiários, sobreposição de áreas de interesse ou disputa por recursos naturais.

Se essas lacunas evidenciam a necessidade de aprimoramentos no licenciamento, o que o Congresso Nacional promoveu foi uma completa subversão desse instrumento. Em vez de legislar para fortalecimento dos mecanismos de proteção ambiental e garantia de uma análise mais rigorosa, o que se viu foi o desmonte do licenciamento para “passar a boiada” e fragilizar ainda mais as regras, o que pode levar ao aumento de tragédias e conflitos.

Nessa frente da devastação, liderada por Hugo Motta e Davi Alcolumbre, tem-se a ampliação da possibilidade do autolicensing (LAC), mecanismo que dispensa análise prévia dos impactos para um conjunto de atividades poluidoras, bem como a instituição de uma licença especial (LAE), modalidade que favorece a pressão política em detrimento da análise técnica em projetos considerados estratégicos.

O texto aprovado ainda fragiliza a fiscalização ambiental e a aplicação de multas, limita a participação de comunidades e restringe a atuação de instituições que protegem povos e comunidades tradicionais, patrimônio cultural e unidades de conservação. Também carece de critérios para definir o potencial poluidor das atividades, o que pode levar a uma classificação mais branda para empreendimentos de alto impacto. Como agravante, áreas da Mata Atlântica são particularmente impactadas, com risco de perder o pouco que restou da cobertura vegetal.

Todas essas modificações ocorrem no momento em que o Brasil se inclina para promover um ambiente de negócios e investimentos mais alinhado à sustentabilidade. A construção da Taxonomia Sustentável Brasileira é parte desse esforço e, agora, tem um cenário incerto e desafiador para a classificação e a avaliação da conformidade de ativos sustentáveis diante da insegurança provocada pelas mudanças do novo marco do licenciamento.

Enquanto o mundo direciona o olhar para o país na esperança de soluções que fortaleçam a ação global em prol do equilíbrio climático, o Congresso brasileiro envia uma mensagem contrária ao enfraquecer justamente o arcabouço de proteção que poderia ser um diferencial competitivo. O licenciamento ambiental fragilizado, além de ser um retrocesso civilizatório, é um risco sistêmico ao próprio mercado.

Sob o discurso equivocado e antiquado de que o licenciamento representa um entrave para o desenvolvimento econômico, o Brasil dá um tiro no pé, comprometendo sua posição de liderança ambiental e dificultando a conformação de acordos internacionais que exigem compromissos e instrumentos cada vez mais alinhados à proteção ambiental, a exemplo do acordo de Associação Mercosul e União Europeia.

Há menos de um ano, firmava-se o Pacto pela Transformação Ecológica entre os Três Poderes, documento que parece ter sido abandonado pelo Congresso. Há, contudo, uma esperança para que, nos contrapesos dos Três Poderes, tamanho retrocesso seja vetado pelo presidente Lula, de modo a afastar a insegurança jurídica decorrente da inconstitucionalidade desse PL, e a consequente judicialização generalizada dos processos de licenciamento em todo o país.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@adabr.com.br



Marina clama no deserto

Com a aprovação pelo Congresso do projeto de lei que flexibiliza o licenciamento ambiental, a delicada questão do meio ambiente no Brasil ganha novos e perigosos elementos, podendo colocar o país, mais uma vez, sob os olhares do mundo civilizado e, com isso, gerar mais empecilhos à aceitação dos produtos nacionais nos mercados externos, sobretudo naqueles países da Europa que exigem certificado de que esses alimentos sejam produzidos sem ameaças ao ecossistema.

Para a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, a aprovação dessa flexibilização “decepcionou a legislação sobre o assunto no Brasil”. Para ela, essas novas permissões não vieram para aperfeiçoar as leis que levem a ganhos ambientais. Os deputados simplesmente ignoraram as propostas de alterações feitas pela ministra, preferindo atender a bancadas dos ruralistas e a interesses do próprio governo, como são os casos dos ministros da Agricultura, Portos e Aeroportos e o ministro dos Transportes. O próprio governo preferiu não apresentar defesa dos pontos de vista da sua ministra, esquivando-se de uma posição em favor da defesa do meio ambiente.

Marina, como em outras oportunidades, ficou sem apoio do próprio governo de que faz parte. A ministra é hoje, literalmente, uma voz solitária a clamar no deserto contra o avanço de um progresso que não olha ao redor, passando por cima de florestas e animais. Mas, devido à grande celeuma causada, é possível que essa aprovação vá também ser encaminhada à apreciação do Supremo Tribunal Federal. A pouco menos de quatro meses para a realização da COP30, conferência de clima da ONU em Belém, essa flexibilização ou liberação geral surge quase como um deboche. Meses atrás, a ministra se viu abandonada na questão da exploração de petróleo na Margem Equatorial, onde os riscos ambientais são imensos. A liberação de projetos estratégicos, como define o governo, parece ser o caminho escolhido pelos políticos em detrimento da defesa do nosso bioma.

Os sinais de desprestígio de Marina Silva não são novos, mas se tornaram mais evidentes nas últimas semanas. No episódio da flexibilização do licenciamento, ela foi completamente ignorada pelo Congresso e deixada de lado pelo Palácio do Planalto e alguns ministros concordaram com o projeto, revelando uma escolha clara: entre desenvolvimento imediato e sustentabilidade, optou-se pelo primeiro. Esse desprezo havia se mostrado antes, como no caso da tentativa de exploração de petróleo na Margem Equatorial. Mesmo diante de pareceres técnicos e científicos apontando os enormes riscos ecológicos de perfuração naquela área sensível, a pressão política e econômica falou mais alto. Marina, mais uma vez, ficou sozinha, como se sua presença no governo servisse mais a fins simbólicos do que operacionais. É o que se poderia chamar de “ambientalismo decorativo”.

O paradoxo é evidente: faltando menos de quatro meses para a COP30, em Belém do Pará, o governo brasileiro se vê promovendo medidas que esvaziam completamente seu discurso ambiental no plano internacional. A conferência é uma das maiores vitrines diplomáticas do país, uma chance de mostrar liderança e comprometimento com as metas de descarbonização, conservação de biomas e justiça climática. No entanto, a liberação desmedida de obras classificadas como “estratégicas”, sem o devido rigor ambiental, enfraquece qualquer tentativa de credibilidade externa.

Para países europeus que exigem rastreabilidade e responsabilidade ecológica na cadeia produtiva de alimentos, como Alemanha, França e Holanda, a nova legislação brasileira é um sinal vermelho. Há movimentos no Parlamento Europeu que discutem barreiras técnicas para produtos oriundos de países que desrespeitam princípios básicos de sustentabilidade. O Brasil, que teve soja e carne embargadas por questões ambientais, pode voltar à lista de vilões do clima se continuar nessa direção.

A entrada da China como protagonista na exploração mineral brasileira é outro ponto que expõe a fraqueza do Estado na defesa do meio ambiente. Diversas empresas chinesas, principalmente as ligadas ao setor de mineração, têm intensificado sua atuação na Amazônia e no Cerrado, abrindo crateras e deixando rastros de destruição. Em estados, como Pará, Maranhão e Mato Grosso, comunidades indígenas e quilombolas denunciam a atuação predatória de mineradoras que, com aval ou omissão do Estado brasileiro, atuam sem qualquer compromisso com a regeneração ambiental ou o bem-estar social.

A busca por lítio, nióbio, ouro e terras raras transforma o subsolo brasileiro em um novo eldorado para interesses estrangeiros, reproduzindo uma lógica colonial: extrai-se tudo, o lucro vai embora e o que resta é a contaminação de rios, aumento de conflitos sociais e destruição irreversível da biodiversidade. Em nome do crescimento e da “soberania energética”, entrega-se o território ao saque legalizado.

O caso Marina Silva simboliza a crise da razão ambiental no Brasil. Enquanto os olhos internacionais voltam-se para nós com desconfiança, o governo se mostra incapaz de articular uma política ambiental coesa. Preferiu calar sua ministra em vez de ouvir a voz da prudência. Preferiu agradar a aliados do agronegócio, do petróleo e da mineração a buscar equilíbrio entre progresso e preservação. Se o Brasil seguir nesse caminho, corre o risco de chegar à COP30 não como anfitrião de uma agenda verde, mas como réu no tribunal da história ambiental mundial. E Marina, por mais combativa que seja, não poderá evitar isso sozinha.

A frase que foi pronunciada:

“O patrimônio natural é a base da nossa economia.”

Marina Silva

História de Brasília

A indústria nacional deve ter mais zelo na apresentação de suas publicações. No catálogo da Volkswagen brasileira há um clichê de cabeça para baixo. (Publicada em 6/5/1962)



O tarifaço de Trump em três atos



» **RODRIGO LEITE**
Professor de finanças e controle gerencial do Coppead/UFRJ

Ato 1 — As motivações de Trump. A taxa das exportações brasileiras pelos Estados Unidos surpreendeu a muitos, mas, para quem acompanha de perto a política americana, a medida se encaixa claramente em uma estratégia do presidente norte-americano: desviar o foco das crises internas e alimentar uma narrativa de perseguição a si mesmo e a aliados políticos conservadores, como o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Trump vinha sendo pressionado pela própria base após prometer, de forma enfática, a divulgação completa dos documentos relacionados ao notório criminoso sexual Jeffrey Epstein. No entanto, nas últimas semanas, o governo recuou: passou a negar o acesso integral aos autos da investigação, enquanto a procuradora-geral dos Estados Unidos e o diretor do FBI afirmaram publicamente que Epstein teria agido sozinho e que sua morte foi, de fato, um suicídio. A declaração caiu como uma bomba entre os apoiadores mais fiéis de Trump, muitos dos quais acreditam em teorias que envolvem figuras da elite norte-americana nos crimes atribuídos a Epstein.

A mudança de postura pode ter sido motivada pela revelação, nesta semana, de uma carta comprometedoramente escrita por Trump a Jeffrey Epstein em 2003, cujo conteúdo veio à tona após

o *Wall Street Journal* entrar em contato com o governo para comentário. A resposta do presidente norte-americano seguiu o roteiro usual: atacou a imprensa e culpou governos anteriores por uma suposta perseguição política. Nesse contexto, sua tentativa de vincular o ex-presidente Jair Bolsonaro a uma narrativa semelhante parece fazer parte de uma estratégia mais ampla — a de apresentar-se como mais um líder conservador perseguido pela mídia e pelo Judiciário. Portanto, a aplicação de uma tarifa de 50% ao Brasil parece ser mais motivada pela criação de uma narrativa interna, enquanto desvia o foco do caso Epstein, do que uma medida visando ao protecionismo econômico.

Ato 2 — Os efeitos no Brasil. O principal efeito do “tarifaço” imposto por Donald Trump ao Brasil, neste primeiro momento, foi fortalecer politicamente o governo Lula, que vinha em queda de popularidade. A medida teve forte repercussão nacional e despertou um sentimento de solidariedade em parte do eleitorado, beneficiando a imagem do presidente. Ao se apresentar como alvo de uma injustiça promovida por uma potência estrangeira, Lula conseguiu, ainda que de forma pontual, reunir diferentes setores políticos em torno de uma pauta nacionalista, criando uma rara oportunidade de reposicionamento político.

Duas pesquisas de opinião recentes mostraram um leve aumento na aprovação do governo e melhora nas projeções para 2026. Embora o avanço não tenha sido expressivo, há sinais de recuperação entre eleitores que haviam se afastado após os dois primeiros anos de mandato. O desempenho de Lula melhorou no Sudeste, região crucial para sua viabilidade eleitoral, e houve uma retomada do apoio na classe

média. Assim, a narrativa de confronto com os EUA pode reforçar sua imagem como defensor dos interesses nacionais.

Mesmo que os indicadores não avancem muito nas próximas semanas, “estancar a sangria” na popularidade já é considerado um ganho estratégico. Além disso, interromper o declínio melhora o ambiente para avançar em agendas no Congresso, onde a base governista enfrenta problemas importantes para a sua reeleição em 2026.

Ato 3 — O que vem pela frente? Um recuo de Trump parece improvável, já que a tarifa contra o Brasil parece ter motivação política, e não econômica, como em disputas anteriores com China e México. Uma retaliação direta do governo brasileiro, como taxar importações dos EUA, poderia piorar a inflação e o desemprego. Por isso, medidas alternativas, como suspensões de royalties ou patentes, são mais prováveis como resposta estratégica.

Economistas já projetam um impacto negativo de 0,2% no PIB brasileiro, além de uma possível reversão da tendência de queda da inflação, puxada pela desvalorização do real, que voltou a superar R\$ 5,50. Esses efeitos podem anular o ganho de popularidade recente de Lula após o tarifaço, caso os prejuízos econômicos cheguem ao bolso da população.

Empresas como Embraer, Fras-le, Randon, Tupy e WEG, que exportam produtos de alto valor agregado para os EUA, já sentem os efeitos no mercado acionário e devem ser ainda mais impactadas, caso as tarifas entrem em vigor em agosto. Ao contrário das exportadoras de commodities, essas companhias têm mais dificuldade para encontrar mercados alternativos, e a adaptação pode levar anos.